

EM TANGARÁ

Faissal pede que voz da rua seja ouvida e fala sobre chance de assumir secretaria

Deputado concedeu entrevista ao Primeira Hora, na Serra FM

PAULO DESIDÉRIO / Redação DS

De passagem por Tangará da Serra para acompanhar o ato de filiação do vice-prefeito Renato Gouveia ao Partido Verde, por onde deve concorrer para prefeito em outubro, o deputado estadual Faissal Calil (PV) concedeu entrevista ao vivo nos estúdios da Serra FM ao Programa Primeira Hora. “Tinha um compromisso com o presidente do PV de estarmos aqui nesse ato de filiação, trazeremos um candidato à Prefeitura de Tangará da Serra pelo Partido Verde e essa data de filiação

vinha se arrastando. Então, o nosso presidente designou o dia de ontem [quarta] e tinha pauta importante para ser votada lá na Assembleia. Inclusive a primeira votação foi na terça-feira à noite”, explicou, ao mencionar que votou contra o aumento dos salários dos conselheiros do Tribu-

“**Fórmula do sucesso de qualquer político é escutar as vozes das ruas**

nal de Contas do Estado (TCE). “Acho isso um escárnio, um absurdo. O

nosso país atual não suporta mais isso, uma máquina pública pesada como está. Me manifestei contra com mais três deputados. Não estava na pauta de quarta, mas colocaram, foi aprovado e eu não pude estar na Assembleia para votar em segunda votação mais um não”, acrescentou.

Apontado como um dos maiores nomes da nova política do estado de Mato Grosso, o advogado recebeu 20.509 votos em 2018. Antes, Faissal foi suplente do cargo que ocupa atualmente, nas eleições de 2010. Em 2012, foi eleito vereador pelo PSB, quando recebeu 3.592 votos do eleitorado cuiabano. “Estamos praticando a nova política e aquilo que a gente espera dos nossos representantes lá na Assembleia Legislati-



Deputado Faissal Calil (PV)

va. Que mude essa página, que comece a escutar mais a voz das ruas, a voz que vem do povo. Isso é ter respeito, é ter humildade. Nós somos representantes do povo e a fórmula do sucesso de qualquer político é escutar as vozes das ruas”, pontuou. Em junho de 2019, Faissal foi convidado

pelo governador Mauro Mendes (DEM) para assumir o MT-PAR. Não aceitou. Agora, vê seu nome no alvo para ser secretário de estado de Ciência e Tecnologia. Segundo ele, se depender de amigos e familiares, deve aceitar. Entretanto, fez questão de ressaltar que foi eleito para ser deputado.



Proposta é do deputado Dr. João

CONSCIENTIZAÇÃO

ALMT fará audiência para discutir doações de órgãos

Objetivo é conscientizar a população e aumentar o número de doações

MICHELLE MOURA / Gabinete

O deputado estadual Dr. João (MDB) participou esta semana da primeira reunião extraordinária de 2020 da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Na oportunidade, o parlamentar destacou a importância da conscientização da população para a doação de órgãos e propôs a realização de uma audiência pública sobre o assunto. O objetivo é fazer com que aumente

o número de doadores de órgãos.

Segundo o deputado, para que isso aconteça, é preciso um trabalho contínuo em parceria entre estado e a sociedade. “Devemos sensibilizar o cidadão e explicar que, após detectada a morte encefálica, isto é, quando o cérebro morre e o coração ainda está batendo, significa a morte do paciente. Não resta outra alternativa. Os parentes desta pessoa que morreu,

“**Órgãos do seu ente querido, salvam a vida de várias pessoas**

diante da triste perda, precisam ter a percepção de que, a partir do momento em que eles liberam os órgãos do seu ente querido, salvam a vida de várias pessoas”, explicou o Dr. João.

O parlamentar exerceu a medicina por mais de 40 anos e, como nefrologista, uma especialidade médica dedicada ao diagnóstico e tratamento clínico das doenças do sistema urinário, principalmente relacionadas aos rins, realizou junto com uma equipe médica especializada, mais de 200 transplantes só na década de 90, salvando muitas vidas. Por isso, como deputado, ele faz questão de lutar pela conscientização das pessoas para doação de órgãos.

A data da audiência pública ainda será definida.